

**MEMORANDO INTERNO N° 152/2023**

**De:** Setor de Compras, Licitações e Contratos

**Para:** Diretoria Jurídica

**Assunto:** Pedido de reequilíbrio c/c cancelamento – Pregão Eletrônico – SRP – nº 12/2023


**Interessado:** SOMA/SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ARP Nº 12/2023

Encaminho para Parecer Jurídico a solicitação da empresa SOMA/SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, sobre o reequilíbrio econômico financeiro c/c cancelamento do **ITEM 183 – FENTANILA, CITRATO INJETÁVEL 0,05MG/ML.**

Após, à Diretora Executiva para decisão final.

Atenciosamente,

Presidente Prudente, 09 de janeiro de 2024.

  
**MARCEL DOS SANTOS CARDOSO**  
Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos



São Bernardo do Campo, 28 de dezembro de 2023.

AO

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA PRESIDENTE PRUDENTE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2023

ITEM FENTANILA 50MCG/ML AMPOLA 10ML (G) HIPOLABOR

**SOMA/SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, pessoa jurídica de Direito Privado devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 05.847.630/0001-10, sediada na Estrada Samuel Aizemberg, nº 1100, Alves Dias, São Bernardo do Campo/SP, CEP: 09.851-550, telefone: (11) 4122-9800, e-mail: [supervisor.sp@somahospitalar.com.br](mailto:supervisor.sp@somahospitalar.com.br), [juridico.mg@somahospitalar.com.br](mailto:juridico.mg@somahospitalar.com.br), por intermédio de seu procurador, subscrito ao final, vem, com o devido respeito, a presença de Vossa Senhoria, apresentar pedido de:

**REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO cumulado com pedido subsidiário de CANCELAMENTO**

para O ITEM FENTANILA 50MCG/ML AMPOLA 10ML (G) HIPOLABOR, pelas razões expostas a seguir.

A empresa licitante ofertou proposta de preços na licitação Pregão Eletrônico nº 12/2023, sagrando-se vencedora na disputa do item **Fentanila**, ao preço unitário de **R\$ 2,35** (dois reais e trinta e cinco centavos).

Após regular adjudicação do objeto e homologação da licitação, a Requerente firmou com este órgão público a Ata de Registro de Preços, registrada o preço do referido item, para fins de eventuais e futuras contratações, conforme necessidade da Administração Pública.

À época da licitação, a Requerente formulou sua proposta a partir da composição dos custos então vigente. Entretanto, atualmente, o preço exigido pelo laboratório fabricante desse item elevou-se significativamente, muito além da inflação medida no período, impondo

excessivo ônus à Requerente para a manutenção do preço originalmente proposto à Administração Pública.

Logo, diante do desequilíbrio econômico-financeiro contratual, a empresa vê-se impossibilitada de atender eventuais contratações do item naquele valor registrado na Ata de registro de preços.

Trata-se, na verdade, de fato superveniente, impossível de ser previsto à época da participação na licitação pública que deu ensejo à celebração da ata de registro de preços e, portanto, alheio à vontade da empresa licitante, acarretando a necessidade de revisão do preço registrado. Vejamos.

Através da Nota Fiscal nº 103.463 (anexa ao pedido), corrobora-se que o custo de aquisição do produto à época da abertura do certame era de **R\$ 1,70** (um real e setenta centavos). E, diante da elevação extraordinária e imprevisível no decorrer da vigência da Ata de registro de preços, conforme verifica-se na Nota Fiscal nº 105.758, o preço de aquisição passou a ser de **R\$ 4,00** (quatro reais), a partir do dia 18/09/2023.

Importante destacar que a empresa não tem gerência na definição de preço de comercialização pelos laboratórios fabricantes, segundo os princípios constitucionais da livre iniciativa e da livre concorrência, nem de qualquer variável inerente ao setor produtivo.

A configuração de álea econômica extraordinária e extracontratual pode ser verificada através do cálculo do *quantum* da repercussão econômica da elevação do custo de aquisição sobre o preço registrado, conforme tabela a seguir:

Custo de aquisição	Preço de aquisição na abertura do certame (NF 103.463)	Preço de aquisição na presente data (NF 105.758)	Margem %
	R\$ 1,70	R\$ 4,00	
Contrato	Valor registrado na ata	Valor revisado	38,23 %
	R\$ 2,35	R\$ 5,52	



Denota-se que ao tempo da licitação o custo de aquisição, sofreu um reajuste de 135,29%, sendo que, devido a essa majoração, o preço registrado passa necessariamente ao **valor revisado de R\$ 5,52** (cinco reais e cinquenta e dois centavos).

Tal elevação não se trata de mera variação mercadológica, visto que, inclusive, é superior à inflação no período, e, portanto, deve ser considerada imprevisível, vez que atípica, ou, no máximo, previsível de consequências incalculáveis.

Embora a economia brasileira demonstre relativa estabilidade, a sistemática de contratações de bens e serviços a partir do Sistema de Registro de Preços, bem como a sazonalidade de preços de produtos eventualmente adquiridos sob tal sistemática, revelam a necessidade de a Administração Pública estabelecer mecanismo adequado a propiciar, ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços, a atualização dos valores registrados.

Na verdade, é de se reconhecer não apenas a possibilidade de mecanismo de atualização de preços, mas sim a sua obrigatoriedade, dada a ordem constitucional e legal a esse respeito. Aliás, da Constituição da República extrai-se:

**Art. 37.** A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

**XXI** - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, **mantidas as condições efetivas da proposta**, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Além disso, a revisão do preço registrado encontra amparo nos arts. 15, § 3º, inc. II e 65, inc. II, alínea "d", da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações na Lei nº 14.133/2021, artigo 124, inc. II, alínea "d", os quais determinam que, para que haja a revisão faz-se necessário a ocorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária.

A doutrina de Joel de Menezes Niebuhr<sup>1</sup> é bastante percuciente ao analisar a revisão do contrato, vejamos:

A revisão é o instrumento para manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato (...) A Administração não reúne forças para compelir terceiros a operarem em prejuízo ou sem lucro. Então, deve-se proceder à revisão do contrato se as condições da época da proposta são alteradas (...)

No mesmo sentido, discorrendo sobre o tema, Marçal Justen Filho<sup>2</sup> afirma:

A administração tem o dever de ampliar a remuneração devida ao particular proporcionalmente à majoração dos encargos verificada. Deve-se reestruturar a situação originária, de molde que o particular não arque com encargos mais onerosos e perceba a remuneração originariamente prevista.

Tal entendimento é reconhecido pela Advocacia Geral da União, na orientação normativa n. 22 de 2009, a qual dispõe:

O reequilíbrio econômico-financeiro pode ser concedido a qualquer tempo, independentemente de previsão contratual, desde que verificadas as circunstâncias elencadas na letra "d" do inc. II do art. 65, da lei n. 8.666/1993.

Diante dos fatos ora narrados e das provas apresentadas, demonstra-se o direito subjetivo da empresa licitante à revisão do preço do **item Fentanila**, requerendo-se assim a alteração para o fim de consignar o novo preço revisado de **R\$ 5,52** (cinco reais e cinquenta e dois centavos) para o item, com efeitos a partir da data de protocolo deste requerimento.

Subsidiariamente, na remota hipótese de indeferimento do pedido retro, uma vez demonstrada a inexecutabilidade do preço originalmente registrado ante a superveniência de fatos novos, pugna a Requerente pelo cancelamento do registro de preços do referido item da Ata de Registro de Preços.

Ressalta-se que a negar tais pedidos afasta a norma de seu fim, admitindo que a empresa licitante assumira os prejuízos decorrentes do desequilíbrio econômico.

<sup>1</sup> Niebuhr, Joel de Menezes. Licitação Pública e Contratos Administrativos. 2ª ed. Fórum, p. 895.

<sup>2</sup> Marçal Justen Filho. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos: Lei 8.666/1993, 18ª ed. Revista dos Tribunais. São Paulo – 2019, p. 1291.


## DOS PEDIDOS

Ante todo o exposto, requer-se:

- a) a análise dos requerimentos no prazo de até 30 (trinta) dias, garantindo a razoável duração do processo administrativo, nos termos do artigo 5º, LXXVIII da Constituição Federal;
- b) o deferimento do presente pedido de revisão, implementado o reequilíbrio econômico-financeiro, passando o preço anteriormente registrado do item **Fentanila** para **R\$ 5,52** (cinco reais e cinquenta e dois centavos);
- c) subsidiariamente, o cancelamento do item e liberação do compromisso do fornecimento, sem a aplicação de qualquer penalidade;
- d) a suspensão de novas solicitações do item enquanto não houver deliberação final a respeito do presente requerimento.

Nestes termos, pede deferimento.

**SOMA/SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.**



---

DIEGO DE JESUS DA SILVA  
CPF 330.678.278-56  
RG 42.453.039-9



RECEBEMOS DE HIPOLABOR FARMACEUTICA LTDA OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA INDICADA ABAIXO. EMISSÃO: 18/09/2023 VALOR TOTAL: R\$ 268.600,00 DESTINATÁRIO: SOMA-SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - EST SAMUEL AIZEMBERG, 1100 ALVES DIAS SAO BERNARDO DO CAMPO-SP

DATA DE RECEBIMENTO IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

NF-e  
Nº. 000.105.758  
Série 006

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

**HIPOLABOR FARMACEUTICA LTDA**  
AVENIDA DAS INDUSTRIAS, 263  
DISTRITO INDUSTRIAL - 39404-621  
MONTES CLAROS - MG Fone/Fax: 3134081800

**DANFE**  
Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica

0 - ENTRADA  
1 - SAÍDA

Nº. 000.105.758  
Série 006  
Folha 1/2

CHAVE DE ACESSO  
3123 0919 5707 2000 0706 5500 6000 1057 5818 1059 6627

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e  
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO  
131235578476899 - 18/09/2023 15:27:42

NATUREZA DA OPERAÇÃO  
**VENDA DE PRODUCAO**

INSCRIÇÃO ESTADUAL  
5674258990235

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.  
19.570.720/0007-06

CNPJ

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME / RAZÃO SOCIAL  
**SOMA-SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**

ENDEREÇO  
**EST SAMUEL AIZEMBERG, 1100**

MUNICÍPIO  
**SAO BERNARDO DO CAMPO**

BAIRRO / DISTRITO  
**ALVES DIAS**

UF  
**SP**

FONE / FAX  
**1141229800**

CNPJ / CPF  
05.847.630/0001-10

DATA DA EMISSÃO  
18/09/2023

CEP  
09851-550

INSCRIÇÃO ESTADUAL  
635487579110

DATA DA SAÍDA/ENTRADA  
18/09/2023

HORA DA SAÍDA/ENTRADA  
15:25:10

FATURA / DUPLICATA

Num. 001  
Venc. 17/12/2023  
Valor R\$ 134.300,00

Num. 002  
Venc. 16/01/2024  
Valor R\$ 134.300,00

CÁLCULO DO IMPOSTO		BASE DE CÁLC. DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLC. ICMS S.T.	VALOR DO ICMS SUBST.	V. IMP. IMPORTAÇÃO	V. ICMS UF REMET.	V. FCP UF DEST.	VALOR DO PIS	V. TOTAL PRODUTOS
		268.600,00	32.232,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.963,73	268.600,00
		VALOR DO ICMS	32.232,00	BASE DE CÁLC. ICMS S.T.	0,00	V. IMP. IMPORTAÇÃO	0,00	V. FCP UF DEST.	4.963,73	V. TOTAL PRODUTOS
		VALOR DO PRETE	0,00	OUTRAS DESPESAS	0,00	VALOR TOTAL IPI	0,00	V. TOT. TRIB.	0,00	V. TOTAL DA NOTA
		VALOR DO SEGURO	0,00	VALOR DO ICMS SUBST.	0,00	VALOR ICMS UF DEST.	0,00	VALOR DA COFINS	23.400,43	268.600,00

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME / RAZÃO SOCIAL  
**EXPRESSO MINAS FRIOS LTDA**

ENDEREÇO  
**AV.ENG. DARCY NOGUEIRA DO PINHO 3201 G2**

QUANTIDADE  
105

ESPECIE  
CAIXA(S)

MARCA  
HIPOLABOR FARMACEUTI

PRETE  
0-Por conta do Rem

CÓDIGO ANTT

PLACA DO VEÍCULO

UF  
MG

CNPJ / CPF  
05.151.226/0001-07

INSCRIÇÃO ESTADUAL  
0672063040086

NUMERAÇÃO  
105

PESO BRUTO  
932,975

PESO LÍQUIDO  
932,975

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS		NCM/SH	O/CST	CFOP	UN	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	VALOR DESC	B.CÁLC ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALIQ ICMS	ALIQ IPI
CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO													
10010001	ACIDO TRANEXAMICO 50MG/ML GEN CX 100AMP X 5ML PMC: 0 Lote: BD-037/23 Qte: 10 Lote: BD-037/23 Quant: 100.000 Fab: 31/05/2023 Val: 30/04/2025 FCI:F3F2C23A-60F6-44F2-ABCF-44E48320EC61	30049099	500	6101	CX	100,0000	360,0000	36.000,00	0,00	36.000,00	4.320,00		12,00	
10010006	CLORID BUPIVACAINA + GLICOSE GEN CX 100AMP X 4ML PMC: 0 Lote: AR-024/23 Qte: 17 Lote: AR-024/23 Quant: 17.000 Fab: 20/06/2023 Val: 30/04/2025 Lote: AR-022/23 Quant: 33.000 Fab: 07/06/2023 Val: 30/04/2025 FCI:697E7833-7F51-41CD-B61A-FAB17E79E723	30049061	500	6101	CX	50,0000	290,0000	14.500,00	0,00	14.500,00	1.740,00		12,00	
10010035	POSF CLINDAMICINA 600MG/4ML GEN CX 100AMP X 4ML PMC: 0 Lote: AA-046/23 Qte: 10 Lote: AA-046/23 Quant: 100.000 Fab: 18/08/2023 Val: 31/07/2025 FCI:CE4A7A75-76DC-4195-BE86-A43465B59025	30032099	500	6101	CX	100,0000	260,0000	26.000,00	0,00	26.000,00	3.120,00		12,00	
10030008	CLONAZEPAM 2,5MG/ML GEN CX 200FR X 20ML (B1) PMC: 0 Lote: 1366/23 Qte: 25,0 Lote: 1366/23 Quant: 25.000 Fab: 23/08/2023 Val: 31/07/2025 FCI:055E37CF-E285-41D8-A68F-2A57547CE786	30049069	500	6101	CX	25,0000	420,0000	10.500,00	0,00	10.500,00	1.260,00		12,00	
10010032	ESKAVIT FITOMENADIONA 10MG/ML CX 50AMP X 1ML PMC: 0 Lote: AU-024/22 Qte: 12 Lote: AU-024/22 Quant: 128.000 Fab: 31/10/2022 Val: 30/09/2024 Lote: AU-001/23 Quant: 72.000 Fab: 03/03/2023 Val: 28/02/2025 FCI:01EB7C88-66A1-44DC-A9E7-C919BA5E7A47	30049099	500	6101	CX	200,0000	70,0000	14.000,00	0,00	14.000,00	1.680,00		12,00	
10020018	ESPIRONOLACTONA 50MG GEN CX 500COM PMC: 0 Lote: 1018/23M Qte: 100 Lote: 1018/23M Quant: 100.000 Fab: 21/06/2023 Val: 31/05/2025 FCI:7B1F675B-648E-428E-9EB6-D86F758EB221	30043220	500	6101	CX	100,0000	150,0000	15.000,00	0,00	15.000,00	1.800,00		12,00	

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Inf. Contribuinte: PEDIDO:359076Bem/Mercadoria do Cod./Produto 10010009 fabricado em escala industrial nao relevante pelo contribuinte HIPOLABOR FARMACEUTICA LTDA, CNPJ 19570720000110. - Nr.Regime Especial: 007905/2016 Pedido: 62224 Email do Destinatário: recebimento@dimacisp.com.br

RESERVADO AO FISCO

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

**HIPOLABOR FARMACEUTICA LTDA**

AVENIDA DAS INDUSTRIAS, 263  
DISTRITO INDUSTRIAL - 39404-621  
MONTES CLAROS - MG Fone/Fax: 3134081800

**DANFE**  
Documento Auxiliar da Nota  
Fiscal Eletrônica

0 - ENTRADA  
1 - SAÍDA

1

**Nº. 000.105.758**  
**Série 006**  
Folha 2/2


CHAVE DE ACESSO

3123 0919 5707 2000 0706 5500 6000 1057 5818 1059 6627

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e  
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

131235578476899 - 18/09/2023 15:27:42

NATUREZA DA OPERAÇÃO

**VENDA DE PRODUCAO**

INSCRIÇÃO ESTADUAL

5674258990235

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.

CNPJ

19.570.720/0007-06

**DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS**

CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	O/CST	CFOP	UN	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	VALOR DESC	B.CÁLC ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALIQ ICMS	ALIQ IPI
10010009	CITR FENTANILA 50UG/ML GEN CX 50AMP X 10ML (A1) PMC: 0 Lote: AS-012/23M Qte: 1 Lote: AS-012/23M Quant: 100.000 Fab: 03/05/2023 Val: 30/04/2025 FCI:FCD5F78D-A76A-4DA2-A3B7-311807861C67	30049099	500	6101	CX	100,0000	200,0000	20.000,00	0,00	20.000,00	2.400,00		12,00	
10010066	CITR FENTANILA 50UG/ML GEN CX 50AMP X 5ML (A1) PMC: 0 Lote: AS-002/23M Qte: 4 Lote: AS-002/23M Quant: 40.000 Fab: 26/02/2023 Val: 31/01/2025	30049099	500	6101	CX	40,0000	140,0000	5.600,00	0,00	5.600,00	672,00		12,00	
10010078	PARINEX HEPARINA SODICA 5000UI/0,25ML CX 50AMPX0,25ML TH PMC: 0 Lote: U003/23M Qte: 20, Lote: U003/23M Quant: 20.000 Fab: 12/04/2023 Val: 30/09/2024	30049099	000	6101	CX	20,0000	350,0000	7.000,00	0,00	7.000,00	840,00		12,00	
10010024	CLORID ONDANSETRONA DI-HIDRATADO 2MG/ML GEN CX 100AMP X 4ML PMC: 0 Lote: AQ-045/23 Qte: 50 Lote: AQ-045/23 Quant: 50.000 Fab: 17/05/2023 Val: 30/04/2025	30049099	000	6101	CX	50,0000	160,0000	8.000,00	0,00	8.000,00	960,00		12,00	
10030018	FOSF SODICO PREDNISOLONA 3MG/ML GEN CX 50FRX120ML+50COPOS PMC: 0 Lote: 0162/23 Qte: 40,0 Lote: 0162/23 Quant: 2.000 Fab: 07/02/2023 Val: 31/01/2025 Lote: 0162/23 Quant: 38.000 Fab: 07/02/2023 Val: 31/01/2025 FCI:4EF42844-6332-46B0-8C37-61CE5EA50D80	30043999	500	6101	CX	40,0000	400,0000	16.000,00	0,00	16.000,00	1.920,00		12,00	
10010002	ADENOSINA GEN CX 50AMP X 2ML PMC: 0 Lote: BC-011/22M Qte: 2 Lote: BC-011/22M Quant: 200.000 Fab: 18/11/2022 Val: 31/10/2024 FCI:019B9B1B-D29A-4BF9-8F84-1CC7BFD41237	30049024	500	6101	CX	200,0000	480,0000	96.000,00	0,00	96.000,00	11.520,00		12,00	



RECEBEMOS DE HIPOLABOR FARMACEUTICA LTDA OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA INDICADA ABAIXO. EMISSÃO: 31/07/2023 VALOR TOTAL: R\$ 288.500,00 DESTINATÁRIO: SOMA-SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - EST SAMUEL AIZEMBERG, 1100 ALVES DIAS SÃO BERNARDO DO CAMPO-SP

NF-e  
Nº. 000.103.463  
Série 006

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

HIPOLABOR FARMACEUTICA LTDA  
AVENIDA DAS INDUSTRIAS, 263  
DISTRITO INDUSTRIAL - 39404-621  
MONTES CLAROS - MG Fone/Fax: 3134081800

DANFE  
Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica

0 - ENTRADA  
1 - SAÍDA

Nº. 000.103.463  
Série 006  
Folha 1/2

CHAVE DE ACESSO

3123 0719 5707 2000 0706 5500 6000 1034 6315 3108 8231

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e  
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

PROTÓCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

131235505150962 - 31/07/2023 17:24:05

NATUREZA DA OPERAÇÃO

VENDE DE PRODUCAO

INSCRIÇÃO ESTADUAL

5674258990235

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.

CNPJ

19.570.720/0007-06

DESTINATÁRIO / REMETENTE

SOMA-SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

BAIRRO / DISTRITO

ALVES DIAS

CEP

09851-550

ENDEREÇO

EST SAMUEL AIZEMBERG, 1100

MUNICÍPIO

SÃO BERNARDO DO CAMPO

UF

SP

FONE / FAX

1141229800

INSCRIÇÃO ESTADUAL

635487579110

CNPJ / CPF

05.847.630/0001-10

DATA DA EMISSÃO

31/07/2023

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

31/07/2023

HORA DA SAÍDA/ENTRADA

17:23:37

FATURA / DUPLICATA

Num. 001  
Venc. 29/10/2023  
Valor R\$ 144.250,00

Num. 002  
Venc. 28/11/2023  
Valor R\$ 144.250,00

CÁLCULO DO IMPOSTO		BASE DE CÁLC. DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLC. ICMS S.T.	VALOR DO ICMS SUBST.	V. IMP. IMPORTAÇÃO	V. ICMS UF REMET.	V. FCP UF DEST.	VALOR DO PIS	V. TOTAL PRODUTOS
		220.500,00	26.460,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.502,84	297.772,73
		VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESKOTO	OUTRAS DESPESAS	VALOR TOTAL IPI	V. ICMS UF DEST.	V. TOT. TRIB.	VALOR DA COFINS	V. TOTAL DA NOTA
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.941,96	288.500,00

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

EXPRESSO MINAS FRIOS LTDA

FRETE

0-Por conta do Rem

CÓDIGO ANTT

PLACA DO VEÍCULO

UF

MG

CNPJ / CPF

05.151.226/0001-07

INSCRIÇÃO ESTADUAL

0672063040086

ENDEREÇO

AV.ENG. DARCY NOGUEIRA DO PINHO 3201 G2

MUNICÍPIO

BETIM

NUMERAÇÃO

151

PESO BRUTO

1.563,750

PESO LÍQUIDO

1.563,750

QUANTIDADE

151

ESPECIE

CAIXA(S)

MARCA

HIPOLABOR FARMACEUTI

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS		NCM/SH	O/CST	CFOP	UN	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	VALOR DESC	B.CÁLC ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALIQ ICMS	ALIQ IPI
10010001	ACIDO TRANEXAMICO 50MG/ML GEN CX 100AMP X 5ML PMC: 0 Lote: BD-027/23 Qte: 80 Lote: BD-027/23 Quant: 80.000 Fab: 05/04/2023 Val: 31/03/2025 FCI:F3F2C23A-60F6-44F2-ABCF-44E48320EC61	30049099	500	6101	CX	80,0000	360,0000	28.800,00	0,00	28.800,00	3.456,00		12,00	
10010002	ADENOSINA GEN CX 50AMP X 2ML PMC: 0 Lote: BC-010/22M Qte: 1 Lote: BC-010/22M Quant: 100.000 Fab: 11/11/2022 Val: 31/10/2024 FCI:019B9B1B-D29A-4BF9-8F84-1CC7BFD41237	30049024	500	6101	CX	100,0000	450,0000	45.000,00	0,00	45.000,00	5.400,00		12,00	
10010048	TRADINOL (CLORID BUPIVACAINA) 0,5% CX 25FR X 20ML PMC: 0 Lote: AR-012/23 Qte: 80 Lote: AR-012/23 Quant: 80.000 Fab: 04/03/2023 Val: 28/02/2025 FCI:A1818A15-7970-4F30-8936-F5669A8AA431	30039071	500	6101	CX	80,0000	100,0000	8.000,00	0,00	8.000,00	960,00		12,00	
10030006	BUTIL ESCOP GT GEN CX 200FR X 20ML PMC: 0 Lote: 0749/23 Qte: 15,0 Lote: 0749/23 Quant: 15.000 Fab: 07/06/2023 Val: 30/04/2025	30049099	000	6101	CX	15,0000	1.200,0000	18.000,00	0,00	18.000,00	2.160,00		12,00	
10010033	FENITOINA SODICA 50MG/ML GEN CX 100AMP X 5ML (C1) PMC: 0 Lote: AY-033/22M Qte: 1 Lote: AY-033/22M Quant: 100.000 Fab: 28/10/2022 Val: 30/09/2024 FCI:4C7E5C01-8FED-42DF-9EDA-3D619A2BDC90	30049065	500	6101	CX	100,0000	170,0000	17.000,00	0,00	17.000,00	2.040,00		12,00	
10010009	CITR FENTANILA 50UG/ML GEN CX 50AMP X 10ML (A1) PMC: 0 Lote: AS-010/23M Qte: 4 Lote: AS-010/23M Quant: 400.000 Fab: 24/03/2023 Val: 28/02/2025 FCI:FCDF5F78D-A76A-4DA2-A3B7-311807861C67	30049099	500	6101	CX	400,0000	85,0000	34.000,00	0,00	34.000,00	4.080,00		12,00	

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Inf. Contribuinte: Pedido:352993Bem/Mercadoria do Cod./Produto 10010033,10010009 fabricado em escala industrial nao relevante pelo contribuinte HIPOLABOR FARMACEUTICA LTDA, CNPJ 19570720000110. Valor do ICMS desonerado R\$ 9.272,73 (vICMSDeson). - Nr.Regime Especial: 007905/2016 Convenio ICMS no 162 de 07/12/1994 Pedido: 61390 Email do Destinatário: recebimento@dimacisp.com.br mailDest: recebimento@dimacisp.com.br mailTransp: sac1@emflogistica.com.br

RESERVADO AO FISCO

## HIPOLABOR FARMACEUTICA LTDA

AVENIDA DAS INDUSTRIAS, 263  
DISTRITO INDUSTRIAL - 39404-621  
MONTES CLAROS - MG Fone/Fax: 3134081800

## DANFE

Documento Auxiliar da Nota  
Fiscal Eletrônica

0 - ENTRADA  
1 - SAÍDA

1

Nº. 000.103.463  
Série 006  
Folha 2/2



CHAVE DE ACESSO

3123 0719 5707 2000 0706 5500 6000 1034 6315 3108 8231

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e  
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

131235505150962 - 31/07/2023 17:24:05

NATUREZA DA OPERAÇÃO

## VENDA DE PRODUCAO

INSCRIÇÃO ESTADUAL

5674258990235

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.

CNPJ

19.570.720/0007-06

## DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	Q/CST	CFOP	UN	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	VALOR DESC	B.CALC ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALIQ. ICMS	ALIQ. IPI
10020020	FOLINAC ACIDO FOLINICO 15MG CX 500COM 02-08-2023 CONSULTA:@ PMC: 0 Lote: 0930/22M Qte: 10;   Valor do ICMS desonerado: R\$ 1.090,91. Lote: 0930/22M Quant: 10.000 Fab: 31/08/2022 Val: 31/07/2024 FCI:8E568020-23F3-4364-A1C7-BED41F3A0D56	30043991	540	6101	CX	10,0000	909,0910	9.090,91	0,00	0,00	0,00		0,00	
10010016	CLORID LIDOCAINA 2% S/ VAS GEN CX 25FR X 20ML PMC: 0 Lote: LL-131/23 Qte: 80 Lote: LL-131/23 Quant: 80.000 Fab: 10/05/2023 Val: 30/04/2025 FCI:68EBF3D5-EB74-42E2-BC2E-74D24F081D54	30049043	500	6101	CX	80,0000	131,2500	10.500,00	0,00	10.500,00	1.260,00		12,00	
10010021	CLORID MIDAZOLAM 5MG/ML GEN CX 100AMP X 10ML (B1) PMC: 0 Lote: AP-067/23 Qte: 90 Lote: AP-067/23 Quant: 90.000 Fab: 27/06/2023 Val: 31/05/2025 Lote: AP-068/23 Quant: 10.000 Fab: 27/06/2023 Val: 31/05/2025 FCI:DDF723C8-249A-4C0B-93BB-A627B0408557	30049099	500	6101	CX	100,0000	250,0000	25.000,00	0,00	25.000,00	3.000,00		12,00	
10010025	CLORID ONDANSETRONA DI-HIDRATADO 2MG/ML GEN CX 100AMP X 2ML PMC: 0 Lote: AQ-035/23M Qte: 2   Valor do ICMS desonerado: R\$ 3.818,18. Lote: AQ-035/23M Quant: 200.000 Fab: 14/04/2023 Val: 31/03/2025	30049099	040	6101	CX	200,0000	159,0909	31.818,18	0,00	0,00	0,00		0,00	
10010024	CLORID ONDANSETRONA DI-HIDRATADO 2MG/ML GEN CX 100AMP X 4ML PMC: 0 Lote: AQ-026/23 Qte: 20   Valor do ICMS desonerado: R\$ 4.363,64. Lote: AQ-026/23 Quant: 200.000 Fab: 13/03/2023 Val: 28/02/2025	30049099	040	6101	CX	200,0000	181,8182	36.363,64	0,00	0,00	0,00		0,00	
10030053	FOSF SODICO PREDNISOLONA 3MG/ML GEN CX 50FRX100ML+50COPOS PMC: 0 Lote: 0642/23 Qte: 60,0 Lote: 0642/23 Quant: 60.000 Fab: 20/04/2023 Val: 31/03/2025	30043999	500	6101	CX	60,0000	320,0000	19.200,00	0,00	19.200,00	2.304,00		12,00	
10010028	CLORID TRAMADOL 50MG/ML GEN CX 100AMP X 2ML (A2) PMC: 0 Lote: AW-062/22 Qte: 99 Lote: AW-062/22 Quant: 99.000 Fab: 02/12/2022 Val: 30/11/2024 Lote: AW-061/22 Quant: 1.000 Fab: 01/12/2022 Val: 30/11/2024 FCI:E72857FF-1C0A-461A-9B85-79130B291005	30039049	500	6101	CX	100,0000	150,0000	15.000,00	0,00	15.000,00	1.800,00		12,00	



1915

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DA ENERGIA E PROTEÇÃO  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSPORTES  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

SP

NOPE  
RICARDO VIEIRA CASSIANO

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF  
23752322 SSP/SP

CPF  
178.397.978-06

DATA NASCIMENTO  
08/07/1977

FILIAÇÃO  
MARCILIO VIEIRA  
CASSIANO FILHO  
ILZILDA ASSINE  
CASSIANO

PERMISSÃO  
ACE  
CAT. FOM  
B

HP REGISTRO  
01940419330

VALIDADE  
05/05/2032

1ª HABILITAÇÃO  
27/09/1995

2382789760

PROIBIDO PLASTIFICAR

2382789760

LOCAL  
SANTO ANDRÉ, SP

ASSINATURA DO PORTADOR  
05/05/2022

9498696900  
SP010369428

SÃO PAULO



**7ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO  
SOMA/SP PRODUTOS HOSPITAL  
CNPJ 05.847.630/0001-  
NIRE 35218292545**



JUCESP PROTOCOLO  
2.305.007/23-1



**GRUPO SOMA S.A. – PARTICIPAÇÕES E NEGÓCIOS**, sociedade anônima, inscrita no CNPJ sob Nº 00.788.410/0001-49, com sede e foro jurídico na cidade de Eldorado do Sul, RS, na Estrada da Arrozeira n. 50, Bairro Centro, CEP 92.990-000, com estatuto social registrado na MM Junta Comercial do Estado do RS sob Nº 43.300.034.291, em 31/08/95, neste ato representada por seu Diretor Presidente PEDRO ANTÔNIO LAPINSCKI, brasileiro, divorciado, comerciante, nascido em 22 de abril de 1952, domiciliado na Rua Duque de Caxias, 1327, Apto 141, Centro Histórico, CEP 90.010-282, na cidade de Porto Alegre, portador do CPF Nº 168.237.020-87 e RG expedido pela SSP.RS sob n. 9108633463;

**PEDRO ANTÔNIO LAPINSCKI**, já qualificado; e

**ITACIR DAL MASS**, brasileiro, solteiro, comerciante, nascido em 05 de outubro de 1956, domiciliado no Largo Caixeiros Viajantes, nº 38, Apartamento 808, Rio Branco, Porto Alegre, RS, CEP 90.430-070, portador da Cédula de Identidade expedida pela SSP/RS sob n. 4001867061, inscrito no CPF sob n. 222.898.010-20; únicos quotistas de

**SOMA/SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.**, sociedade limitada, registrada no CNPJ MF Nº 05.847.630/0001-10, com sede e foro jurídico na cidade de São Bernardo do Campo, SP, na Estrada Samuel Aizemberg, número 1.100, Bairro Alves Dias, CEP 09851-550 com contrato registrado na MM Junta Comercial do Estado de SP sob NIRE 352.182.925.4-5, em 31/07/2003; juntamente com o quotista ingressante

**SOMA HOLDING S.A.**, sociedade anônima regularmente constituída, com sede na cidade de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, na Estrada da Arrozeira, n. 50, bairro Centro, CEP 92.990-000, inscrita no CNPJ sob n. 41.955.530/0001-70, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul sob NIRE 43300066827, neste ato representada por seu Diretor MARCELO LAPINSCKI, brasileiro, solteiro, comerciante, nascido em 07/12/1966, domiciliado na cidade de Gravataí, RS, na Estrada Lomba do Vadeco, n. 825, Casa Rua da Aurora 85, Morada Gaúcha, CEP 94195-600, inscrito no CPF.MF sob n. 489.947.070-34, portador da cédula de identidade expedida pela SSP.RS sob n. 3032902151.

**RESOLVEM** de comum acordo e por este instrumento, alterar e consolidar o seu contrato social conforme as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

**DA TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS POR CISÃO.** A sócia **GRUPO SOMA S.A. – PARTICIPAÇÕES E NEGÓCIOS**, já qualificada acima, retira-se da sociedade em razão de cisão parcial por ela deliberada e aprovada, conforme protocolo n. 23/212.088-9 realizado na Junta Comercial Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul em 30/06/2023, que resultou na incorporação das suas 1.999.800 quotas, no valor de R\$ R\$1.999.800,00 ao ativo da quotista que **SOMA HOLDING S.A.**, já acima qualificada, , que ora ingressa na sociedade.

**Parágrafo único.** Em decorrência da aprovação do ingresso da nova sócia , altera-se a Cláusula 7ª do Contrato Social, que passa a vigor com a seguinte redação:

Este documento foi assinado eletronicamente por Pedro Antonio Lapinski, Itacir Dal Mass, Marcelo Lapinski e Hamilton Pletsch. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://t3sign.com.br:443> e utilize o código CD5A-F1D6-00CC-3FD7.

Este documento foi assinado eletronicamente por Pedro Antonio Lapinski, Itacir Dal Mass, Marcelo Lapinski e Hamilton Pletsch. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://t3sign.com.br:443> e utilize o código CD5A-F1D6-00CC-3FD7.





1117

8

**7ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**  
**SOMA/SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**  
**CNPJ 05.847.630/0001-10**  
**NIRE 35218292545**

**QUARTA:** Ficam designados para o cargo de Diretores não sócio os Srs MARCELO LAPINSCKI, brasileiro, solteiro, comerciante, inscrito no CPF.MF sob n. 489.947.070-34, portador da cédula de identidade expedida pela SSP.RS sob n. 3032902151, nascido em 07/12/1966, domiciliado na cidade de na cidade de Gravataí, RS, na Estrada Lomba do Vadeco, n. 825, Casa Rua da Aurora 85, Morada Gaúcha, CEP 94195-600, e HAMILTON PLETSCH, brasileiro, solteiro, maior, comerciante, nascido em 17/01/1974, inscrito no CPF sob n. 642.661.760-15, portador da cédula de identidade expedida pela SSP.RS n. 7051377146, residente e domiciliado na cidade de São Bernardo do Campo, SP, na Estrada Samuel Aizemberg, n. 1.00, Bairro Alves Dias, CEP 09851-550.

Parágrafo único. O Diretor prestará contas de sua administração na reunião de quotistas que será realizada nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social.

**QUINTA:** Os administradores, no efetivo exercício da administração da sociedade, terão direitos a serem mensalmente pagos ou creditados, a título de pró-labore, por importância a ser convencionada entre os sócios, que representem, no mínimo, a maioria absoluta do capital social.

**DO OBJETIVO SOCIAL**

**SEXTA:** A sociedade tem por objetivo social:

1. Comércio atacadista, importação e exportação de produtos e materiais cirúrgicos, hospitalares, farmacêuticos, odontológicos, laboratoriais e de limpeza em geral, bem como produtos saneantes domissanitários;
2. Comércio atacadista de medicamentos;
3. Comércio, importação e exportação de equipamentos, instrumentos e móveis hospitalares.
4. Transporte próprio de medicamentos e correlatos em veículos automotores no estado de São Paulo.

**DO CAPITAL SOCIAL**

**SÉTIMA.** O capital social da sociedade, totalmente integralizado, é de R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), divididos em 2.000.000 (dois milhões) de quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, assim distribuído entre os sócios:

SÓCIOS	QUOTAS	VALOR (EM R\$)
SOMA HOLDING S.A.	1.999.800	R\$1.999.800,00
PEDRO ANTÔNIO LAPINSCKI	100	R\$100,00
ITACIR DAL MASS	100	R\$100,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.000.000</b>	<b>R\$2.000.000,00</b>

**OITAVA:** A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos da lei.

**DO BALANÇO, LUCROS E PREJUÍZOS**

Este documento foi assinado eletronicamente por Pedro Antonio Lapinscki, Itacir Dal Mass, Marcelo Lapinscki e Hamilton Pletsch. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://lziisign.com.br/443> e utilize o código CD5A-F1D6-00CC-3FD7.



1918  
af

**7ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL  
SOMA/SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA  
CNPJ 05.847.630/0001-10  
NIRE 35218292545**

Parágrafo terceiro: Se os sucessores do sócio falecido, interditado, insolvente ou da massa falida não desejarem ingressar na sociedade ou se a tanto se opuser mais da metade do capital social, nos termos do parágrafo anterior, seus haveres serão pagos na forma prevista na cláusula décima segunda, para o pagamento de haveres de quotistas retirantes;

Parágrafo quarto: A retirada, exclusão ou morte do sócio, não exime os seus herdeiros ou sucessores, da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, até dois anos depois de averbada a resolução da sociedade,

**DA EXCLUSÃO DE SÓCIOS**

**DÉCIMA QUARTA:** Pode qualquer sócio ser excluído da sociedade, quando a maioria dos sócios, representando, no mínimo, dois terços do capital social, entender que está pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos graves e que configurem justa causa.

Parágrafo primeiro: A exclusão somente poderá ser determinada em Reunião Geral dos Quotistas, especialmente convocada para este fim, ciente o acusado em tempo hábil para permitir seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.

Parágrafo segundo: Será também de pleno direito excluído da sociedade o sócio declarado falido ou insolvente civil, ou aquele cuja quota tenha sido liquidada para o pagamento de credor particular de sócio.

Parágrafo terceiro: Os haveres do sócio excluído serão pagos na forma prevista na cláusula décima segunda, para o pagamento de haveres de quotistas retirantes;

**DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

**DECIMA QUINTA.** As deliberações societárias que impliquem em toda e qualquer deliberação sobre modificação de contrato, incorporação, fusão ou dissolução da sociedade, ou cessação do estado de liquidação, poderão ser assinadas por deliberação de sócios que representem, no mínimo, 3/4 (três quartos) do capital social.

**DAS REUNIÕES DOS QUOTISTAS**

**DECIMA SEXTA:** A Reunião Geral dos Quotistas, com a competência prevista em lei, reúne-se ordinariamente dentro dos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social e extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem.

Parágrafo único. Quando os sócios deliberarem em unanimidade, por escrito, assuntos do interesse da sociedade, fica dispensada a realização de reunião, conforme previsto no art. 1072 da Lei no 10406/02.

**DAS OMISSÕES**

**DÉCIMA SETIMA:** As dúvidas sociais serão dirimidas em reunião geral dos quotistas, convocadas e realizadas nos termos previstos na cláusula décima quinta, das alterações contratuais.

Este documento foi assinado eletronicamente por Pedro Antonio Lapinski, Itacir Dal Mass, Marcelo Lapinski e Hamilton Pletsch. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://ltsign.com.br/443> e utilize o código CD5A-F1D6-00CC-3FD7.

Este documento foi assinado eletronicamente por Pedro Antonio Lapinski, Itacir Dal Mass, Marcelo Lapinski e Hamilton Pletsch. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://ltsign.com.br/443> e utilize o código CD5A-F1D6-00CC-3FD7.





## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://izisign.com.br/Verificar/CD5A-F1D6-00CC-3FD7> ou vá até o site <https://izisign.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: CD5A-F1D6-00CC-3FD7



### Hash do Documento

B67390BF39C02FF672037811C1C39FE84244432D84AADDDB03C02319905CFDCD6

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 25/07/2023 é(são) :

- ☒ PEDRO ANTONIO LAPINSCKI - 168.237.020-87 em 24/07/2023 10:26 UTC-03:00

**Tipo:** Assinatura Eletrônica

**Identificação:** Por email: pedrolapinski@hotmail.com

### Evidências

**Client Timestamp** Mon Jul 24 2023 10:26:32 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)

**Geolocation** Latitude: -30.0023808 Longitude: -51.314688 Accuracy: 964.0341844030421  
IP 45.233.83.130

### Hash Evidências:

428C9E23415038F98C822BD21EE7FC243F59B695ED9C8E7E8D839F9B6C9D6DA3

- ☒ ITACIR DAL MASS - 222.898.010-20 em 24/07/2023 09:17 UTC-03:00

**Tipo:** Assinatura Eletrônica

**Identificação:** Por email: tito@rshospitalar.com.br

### Evidências

**Client Timestamp** Mon Jul 24 2023 09:16:10 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)

**Geolocation** Latitude: -30.002737 Longitude: -51.3155755 Accuracy: 2615.901273107107

**Geolocation** Latitude: -30.002737 Longitude: -51.3155755 Accuracy: 2615.901273107107

IP 45.233.83.130

### Hash Evidências:

58BD6280F1C049EEA156E264698CE92513287B735D0C1B2900330342BA80AEE6

**Client Timestamp** Mon Jul 24 2023 09:16:10 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)

**Geolocation** Latitude: -30.002737 Longitude: -51.3155755 Accuracy: 2615.901273107107

**Geolocation** Latitude: -30.002737 Longitude: -51.3155755 Accuracy: 2615.901273107107

IP 45.233.83.130

### Hash Evidências:



1920  
08

Rua XV de Novembro, 64 - Sala 21  
Edifício Pedro Francisco Vargas  
Centro, Itajaí - Santa Catarina  
(47) 3514-7599 | (47) 99748-2223  
www.dautin.com | dautin@dautin.com



## CERTIFICADO DE PROVA DE AUTENTICIDADE ELETRÔNICA

A DAUTIN BLOCKCHAIN DOCUMENTOS DIGITAIS E SERVIÇOS LTDA, especificada neste ato apenas como **Dautin Blockchain Co.** CERTIFICA para os devidos fins de direito que, o arquivo digital especificado com o tipo documental **Autenticação** e representado pela função hash criptográfica conhecida como SHA-256, de código **17933ff45e5f9f1741ffa73ec5596b892b734de47f7d5144469d2f8c0d436c41** foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes<sup>1</sup> através da rede blockchain Binance Smart Chain, sob o identificador único denominado NID **157398** dentro do sistema.

A autenticação eletrônica do documento intitulado **"CONTRATO SOCIAL SOMA SP 7ª ALTERAÇÃO"**, cujo assunto é descrito como **"CONTRATO SOCIAL SOMA SP 7ª ALTERAÇÃO"**, faz prova de que em **25/08/2023 08:55:27**, o responsável **Soma/sp Produtos Hospitalares Ltda (05.847.630/0001-10)** tinha posse do arquivo com as mesmas características que foram reproduzidas na prova de autenticidade, sendo de Soma/sp Produtos Hospitalares Ltda a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a DAUTIN Blockchain Co.

Este CERTIFICADO foi emitido em **25/08/2023 08:56:39** através do sistema de autenticação eletrônica da empresa DAUTIN Blockchain Co. de acordo com o Art. 10, § 2º da MP 2200-2/2001, Art. 107 do Código Civil e Art. 411, em seus §§ 2º e 3º do Código de Processo Civil, estando dessa maneira de acordo para o cumprimento do Decreto 10278/2020.

Para mais informações sobre a operação acesse o site <https://www.dautin.com> e informe o código da transação blockchain **0xae7395a9a3528a13c4ca6c420c2a12efdb86cd306b834193e0549f4117af171f**. Também é possível acessar a consulta através da rede blockchain em <https://bscscan.com/>

<sup>1</sup> Legislação Vigente: Medida Provisória nº 2200-2/2001, Código Civil e Código de Processo Civil.

**DAUTIN**  
BLOCKCHAIN



Presidência da República Casa Civil  
Subchefia para Assuntos Jurídicos  
MEDIDA PROVISÓRIA 2.200-2  
DE 24 DE AGOSTO DE 2001.







REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
COMARCA DE ELDORADO DO SUL  
MUNICÍPIO DE ELDORADO DO SUL  
TABELIONATO

## TR A S L A D O

Livro 34

Procurações

fls. nº 195



**Nº 13.633.- PROCURAÇÃO PÚBLICA** que faz como outorgante: **SOMA SP - PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, pessoa jurídica do direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 05.847.630/0001-10, com sede na Estrada Samuel Aizemberg nº 1100, bairro Alves Dias, na cidade de São Bernardo do Campo, SP, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do São Paulo, neste ato apresentado por **MARCELO LAPINSKI**, brasileiro, solteiro, maior, diretor financeiro, portador da cédula de identidade civil nº 3032902151, expedida pela SJS/RS em 12/02/2007, e do CIC nº 489.947.070-34, residente e domiciliado na Rua Felicíssimo de Azevedo nº 437 apartamento 302, Bairro São João, na cidade de Porto Alegre, RS, conforme contrato social registrado hoje nesta Serventia, no livro de Registro de Procurações, Autorizações Judiciais e Documentos de Representação Legal nº 30, às folhas 188, sob o nº 5292, conforme contrato social registrado hoje nesta Serventia, no livro de Registro de Procurações, Autorizações Judiciais e Documentos de Representação Legal nº 30, às folhas 188, sob o nº 5292, como segue: SAIBAM todos quantos este público instrumento de procuração bastante virem, que aos vinte e três (23) dias do mês de março, do ano de dois mil e vinte e três (2023), nesta Serventia Notarial de Eldorado do Sul, RS, compareceu o outorgante supra qualificada, através de seu representante legal, reconhecido como o próprio mediante apresentação de provas de identidade e perante mim, Notário, declarou que nomeava e constituía seu bastante procurador, onde preciso for e com esta se apresentar, o cidadão **RICARDO VIEIRA CASSIANO**, brasileiro, casado, gerente de vendas, portador da cédula de identidade civil nº 23.752.322-X, expedida pela SSP/RS, e do CIC nº 178.397.978-06, residente e domiciliado na Rua Valisere nº 46, bairro Jardim do Carmo, na cidade de Santo André, SP filho de Marcílio Vieira Cassiano Filho e Ilzilda Assine Cassiano, a quem confere os mais amplos e gerais poderes para representar a outorgante perante repartições públicas federais, estaduais, municipais e demais órgãos autárquicos, para participar de licitações, concorrências e pregões; podendo dito procurador, assinar impugnações, propostas, atas, rubricar documentos na abertura da licitação; desentranhar, apresentar e retirar papéis e documentos, preencher guias e formulários, assinar termos, declarações, autorizações, ofícios, livros, atas e demais papéis precisos; formular lances em pregões; assinar contratos públicos ou particulares, com todas as suas cláusulas e condições de estilo, inclusive assinar propostas comerciais, contratos de fornecimentos de materiais e



1922  
29

Rua XV de Novembro, 64 - Sala 21  
Edifício Pedro Francisco Vargas  
Centro, Itajaí - Santa Catarina  
(47) 3514-7599 | (47) 99748-2223  
www.dautin.com | dautin@dautin.com



## CERTIFICADO DE PROVA DE AUTENTICIDADE ELETRÔNICA

A DAUTIN BLOCKCHAIN DOCUMENTOS DIGITAIS E SERVIÇOS LTDA, especificada neste ato apenas como **Dautin Blockchain Co.** CERTIFICA para os devidos fins de direito que, o arquivo digital especificado com o tipo documental **Autenticação** e representado pela função hash criptográfica conhecida como SHA-256, de código **e8520ed53403f56fb25bde76c12f105d59ac0992c6c92962428b767c2581ac3c** foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes<sup>1</sup> através da rede blockchain Ethereum Classic, sob o identificador único denominado NID **123613** dentro do sistema.

A autenticação eletrônica do documento intitulado **"PROCURAÇÃO RICARDO SOMA SP 23.03.2024"**, cujo assunto é descrito como **"PROCURAÇÃO RICARDO SOMA SP 23.03.2024"**, faz prova de que em **24/03/2023 10:40:41**, o responsável **Soma/sp Produtos Hospitalares Ltda (05.847.630/0001-10)** tinha posse do arquivo com as mesmas características que foram reproduzidas na prova de autenticidade, sendo de Soma/sp Produtos Hospitalares Ltda a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a DAUTIN Blockchain Co.

Este CERTIFICADO foi emitido em **24/03/2023 10:44:42** através do sistema de autenticação eletrônica da empresa DAUTIN Blockchain Co. de acordo com o Art. 10, § 2º da MP 2200-2/2001, Art. 107 do Código Civil e Art. 411, em seus §§ 2º e 3º do Código de Processo Civil, estando dessa maneira de acordo para o cumprimento do Decreto 10278/2020.

Para mais informações sobre a operação acesse o site <https://www.dautin.com> e informe o código da transação blockchain **0x2fd1c0ab8acf7b3447b6ffeb15004752291535fcabe51ca8536b70fe68cd03cb**. Também é possível acessar a consulta através da rede blockchain em <https://blockscout.com/etc/mainnet/>

<sup>1</sup> Legislação Vigente: Medida Provisória nº 2200-2/2001, Código Civil e Código de Processo Civil.

**DAUTIN**  
BLOCKCHAIN



Presidência da República Casa Civil  
Subchefia para Assuntos Jurídicos  
MEDIDA PROVISÓRIA 2.200-2  
DE 24 DE AGOSTO DE 2001.







1932  
af

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

PARECER JURÍDICO

INTERESSADO(S): SETOR DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

ORIGEM: SOMA/SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

OBJETO: SOLICITAÇÃO DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO CUMULADO COM PEDIDO SUBSIDIÁRIO DE CANCELAMENTO DO ITEM Nº 183 – FENTANILA, CITRATO INJETÁVEL 0,05MG/ML

RELATÓRIO

Trata-se de solicitação de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro referente ao **item nº 183 – FENTANILA, CITRATO INJETÁVEL 0,05MG/ML**, cumulado com pedido subsidiário de cancelamento do item supra descrito, cuja licitante que se sagrou vencedora foi a empresa **SOMA/SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, registrados na ata do **Pregão Eletrônico nº 12/2023**, com solicitação juntada aos autos, sob a justificativa de que houve aumento de preço.

Destarte, o Setor responsável solicita a esta Diretoria Jurídica o exame dos autos e a elaboração de parecer jurídico a respeito das providências a serem adotadas pela Administração do CIOP *in casu*.

Teceremos, portanto, considerações acerca da (im)possibilidade do realinhamento do preço nos moldes apresentado ou do cancelamento do referido item, de forma a orientar a decisão da autoridade competente quanto aos procedimentos a serem adotados no sentido de manter a impessoalidade e objetividade no âmbito do referido contrato administrativo.

ANÁLISE JURÍDICA

CIOP - Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista

Rua Coronel Albino, 550 - CEP 19020-360 Presidente Prudente - SP | Tel.: (18) 3223-1116

ER



## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

A empresa peticionante solicita o reequilíbrio econômico-financeiro do supra, cumulado com pedido subsidiário de cancelamento do referido item, que logrou vencedora na licitação em epígrafe, argumentando que houve um aumento dos preços do item em tela sendo necessária a recomposição ou cancelamento deste para a manutenção da empresa.

Fundamenta a sua exordial com o argumento de que ocorreu um aumento de preço do item em tela sendo necessário, portanto, a sua recomposição, pois a manutenção pelo preço registrado em ata seria inviável para a empresa.

Inicialmente, faz-se necessário ressaltar alguns importantes princípios aplicáveis ao presente caso, quais sejam, o Princípio da Supremacia do Interesse Público, Princípio da Legalidade, Princípio da Impessoalidade e Princípio da Eficiência.

O primeiro diz respeito à superioridade do interesse público sobre o particular e que todas as ações do Estado devem ter como objetivo alcançar tal necessidade, pois os interesses da coletividade devem sobressair em relação aos individuais. Por esta razão Marcos Bittencourt afirma que *"o princípio da supremacia de interesse público atribui um status especial ao Estado frente ao particular"*.

Quanto à Legalidade, princípio constitucional expressamente previsto no art. 37 da Carta Maior, em decorrência do Estado de Direito, a observância do disposto em lei é obrigatória à Administração Pública, e, neste sentido, ensina Flávia Bahia que *"quanto ao administrador, deverá ser adotado o princípio da legalidade em sentido estrito, pois só é possível fazer o que a lei autoriza ou determina"*. Especificamente em relação às licitações, o Princípio da Legalidade traduz-se no Princípio da Estrita Observância Editalícia, segundo o qual todo o processo licitatório deve guardar estrita observância ao edital.

Já a impessoalidade consiste na ideia de que a atuação pública não pode ter como objetivo beneficiar ou prejudicar ninguém em especial, ou seja, sem discriminações, não devendo ter como mote o indivíduo que será atingido pelo ato administrativo. Segundo Matheus Carvalho *"o princípio da impessoalidade reflete a*





## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

*necessidade de uma atuação que não discrimina as pessoas, seja para benefício ou para prejuízo”.*

O último princípio, qual seja, o da Eficiência, também constitucionalmente expresso, imputa ao Estado a obrigação de produzir bem, com qualidade e com menos gastos, atuando com presteza e objetivando sempre o melhor resultado prático com o menor custo e o menor desperdício.

No instituto da licitação pública verifica-se a aplicação, dentre outros, destes quatro princípios supra destacados, visto que, pela legalidade, a Administração deve ater-se às normas estabelecidas no ordenamento jurídico, previstas nas leis que tratam sobre licitação, em especial o pregão, que, em nome da supremacia do interesse público, determinam como a Administração deverá contratar com os particulares para adquirir bens e serviços, sempre garantindo a impessoalidade na escolha do licitante, realizada através de critérios objetivos previstos na lei e no edital, alcançando, assim, a eficiência.

Sobre o tema, Maria Sylvia Zanella Di Pietro ensina que:

A licitação é um procedimento integrado por atos e fatos da Administração e atos e fatos do licitante, todos contribuindo para formar a vontade contratual. Por parte da Administração, o edital ou convite, o recebimento das propostas, a habilitação, a classificação, a adjudicação, além de outros atos intermediários ou posteriores, como o julgamento de recursos interpostos pelos interessados, a revogação, a anulação, os projetos, as publicações, anúncios, atas etc. Por parte do particular, a retirada do edital, a proposta, a desistência, a prestação de garantia, a apresentação de recursos, as impugnações.

Observa-se que, dentre os atos de responsabilidade do licitante está o da elaboração da proposta, que é o documento que a empresa elabora e apresenta ao órgão para oferecer seu preço pelo produto ou serviço objeto da licitação. A proposta de preço deve ser elaborada de acordo com o edital, levando em



## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

conta o objeto da licitação. Além do preço do produto ou serviço, a proposta deve conter o descritivo do objeto e comprovar que a empresa tem condições de atender a todas as características solicitadas no edital.

Ao calcular o preço ofertado à Administração, o licitante já deve levar em consideração as variações ordinárias no custo de aquisição do item, visto que tais variações são esperadas ao longo do prazo de validade do certame licitatório. Destaca-se que empreender é sinônimo de assumir riscos, logo não é qualquer situação de desequilíbrio na relação contratual que irá legitimar sua utilização. Por isso é tão importante que o fornecedor seja diligente ao elaborar a sua proposta, levando em conta os prováveis riscos já conhecidos pelo seu mercado.

Importante pontuar que o Sistema de Registro de Preço é um processo licitatório em que aqueles interessados em fornecer materiais, equipamentos ou gêneros ao Poder Público, em Ata, pactuam a manutenção dos valores registrados no órgão competente, corrigidos ou não, por um determinado período, e a fornecer as quantidades solicitadas pela Administração no prazo estabelecido.

Vantagem desse sistema é que, uma vez registrados os preços, não há obrigatoriedade de repetir o certame ou proceder à contratação, o que reduz a necessidade de planejamento de compras e de estoques, durante o prazo registrado, no caso, 6 meses.

Assim, variações no preço dos itens ofertados são esperadas que ocorram, devendo estas serem considerados por aqueles que participam do certame em sua proposta, existindo uma diferença entre o lucro real e o esperado. Razão pela qual para ser possível o realinhamento do preço para o reequilíbrio econômico-financeiro, tem-se que verificar fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis da álea econômica após a sua realização.

Conjugando o suso exposto, as empresas participantes do processo licitatório não podem alegar o desconhecimento ou a imprevisibilidade da atual situação econômica, eis que o certame ocorreu quando já instituído o cenário de crise. Por tal razão, para ser possível o realinhamento do preço para o reequilíbrio econômico-financeiro, ter-se-ia que verificar fatos imprevisíveis ou previsíveis de

1935  
af

E12





## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

consequências incalculáveis da álea econômica após a sua realização e a sua comprovação por meio documental de forma contundente.

Álea econômica corresponde a circunstâncias externas ao contrato, estranhas à vontade das partes, imprevisíveis, excepcionais, inevitáveis, que causam desequilíbrio muito grande no contrato, dando lugar à aplicação da teoria da imprevisão; a Administração Pública poderia conceder o reequilíbrio.

Conforme o Tribunal de Contas da União:

9.1 A ÁLEA ORDINÀRIA, também denominada empresarial, consiste no 'risco relativo à possível ocorrência de um evento futuro desfavorável, mas previsível ou suportável, por ser usual no negócio efetivado' (Maria Helena Diniz. Dicionário jurídico. São Paulo: Saraviva, 1998, p. 157).

Exatamente por ser previsível ou suportável é considerado risco inerente ao negócio, não merecendo nenhum pedido de alteração contratual, pois cabe ao empresário adotar medidas para gerenciar eventuais atividades deficitárias. Contudo, nada impede que a lei ou o contrato contemple a possibilidade de recomposição dessas ocorrências. No caso de estar prevista, a efetivação do reajuste será mera execução de condição pactuada, e não alteração;

9.2 A ÁLEA EXTRAORDINÀRIA pode ser entendida como o 'risco futuro imprevisível que, pela sua extemporaneidade, impossibilidade de previsão e onerosidade excessiva a um dos contratantes, desafie todos os cálculos feitos no instante da celebração contratual' (DINIZ, 1998, p. 158), por essa razão autoriza a revisão contratual, judicial ou administrativa, a fim de restaurar o seu equilíbrio original.

Trata-se de um risco intrínseco ao negócio e, neste trilha, tem-se os ensinamentos de Fernanda Marinela, sobre a aplicação da teoria da imprevisão (*rebus sic stantibus*) aos contratos administrativos:



## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

Consiste no reconhecimento de que eventos novos, imprevistos e imprevisíveis pelas partes e a elas não imputados, alteram o equilíbrio econômico-financeiro refletindo na economia ou na execução do contrato, autorizam sua revisão para ajustá-lo à situação superveniente, equilibrando novamente a relação contratual. Portanto a ocorrência deve ser superveniente, imprevista (porque as partes não imaginaram), imprevisível (porque ninguém no lugar delas conseguiria imaginar – algo impensável) e que onera demais o contrato para uma das partes, exigindo-se a recomposição. Em todos os casos, a teoria da imprevisão consiste no reconhecimento de que eventos novos, imprevistos e imprevisíveis pelas partes e a elas não imputados, refletindo sobre a economia ou na execução do contrato, autorizam sua revisão para ajustá-lo à sua situação superveniente.

Conforme as notas fiscais apresentadas, verifica-se que houve aumento do preço dos itens em questão, porém, tal alteração não é considerada imprevisível, e, portanto, deve ser estimada pelo licitante ao elaborar a proposta, não ensejando a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Ademais, conforme estipulado pela cláusula 11.9.1. do edital de licitação: **“REALINHAMENTOS DE PREÇOS NÃO SERÃO ADMITIDOS EM ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS”**.

Conforme novel decisão do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo:

Sorte distinta não assiste ao 1º Termo de Aditamento, que além de contaminado pelos vícios oriundo ajuste principal, consoante o princípio da acessoriedade, não se fez acompanhado da cabal demonstração da ocorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis com consequências incalculáveis, posteriores à celebração do contrato, que viessem a alterar substancialmente a sua equação





## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

1938  
af

econômico-financeira; tampouco da memória de cálculo para a definição do realinhamento na ordem de 55% (cinquenta e cinco por cento).

Como bem registrado pela diligente equipe de Fiscalização, a Prefeitura se ampara no artigo 65, inciso II, "d", da Lei Federal nº 8.666/93, consignando no ato justificatório a existência de requerimento da contratada, "notas fiscais" e "pesquisa de preços junto à mercados, açougues e outros estabelecimentos do ramo". Inobstante provocação específica, não apresentou tais documentos, limitando-se a indicar notícia de jornal com destaque do aumento das exportações a países da Europa e, principalmente, à China, fato que teria pressionado os preços da arroba do boi no mercado nacional (ev.1.4).

Os documentos encartados nos eventos 100.3 e 100.4 do eTC-10472.989.20-1, por sua vez, são datados de 28/08/2020, sugerindo que Administração tenha se ocupado do tema somente após a provocação desta Corte. Ademais, referidas cotações, na melhor das hipóteses, revelariam simples variação sazonal no preço dos produtos, risco típico do negócio, a ser suportado pela contratada, e insuficiente, portanto, para justificar a hipótese de concessão do reequilíbrio econômico financeiro do contrato. TCE-SP Processo nº 00022417.989.19-1; CONSELHEIRO-SUBSTITUTO ALEXANDRE MANIR FIGUEIREDO SARQUIS; julgado em 16 de outubro de 2020.

Em outro julgado, o Tribunal de Contas aduz da seguinte forma:

Como se sabe, a ocorrência de variação de preços dos produtos não autoriza que o seu índice seja repassado, de imediato, para o contrato. É preciso que se demonstre que a elevação de preços vai repercutir negativamente na equação inicial da avença, a ponto de romper o equilíbrio econômico-financeiro, o que não ficou evidenciado nos presentes autos.

EL



## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

Deste modo, por se tratar de acontecimento comum e previsível, as oscilações devem ser suportadas pela contratada até o momento apropriado para o reajustamento do preço avençado, ou seja, depois de decorrido o período de 12 meses da última alteração.

E neste caso, não houve observância a tal procedimento resultando injustificado o realinhamento praticado, a título de recomposição da equação econômico-financeira da contratação em apreço, pois, repita-se, não foi respeitada a periodicidade de 12 meses.

Com isso, o reajuste de preços concedido acabou contaminando todos os termos aditivos subsequentes". (TC-1403/002/04 – Tribunal Pleno, Sessão de 18/04/12 – Conselheiro Substituto Antonio Carlos dos Santos.

Além disso, as decisões do TCU apontam esse mesmo posicionamento, aproveita-se para citar alguns:

### **Acórdão: 167/2015 – Segunda Câmara**

A subavaliação dos preços do orçamento base da licitação não pode favorecer a licitante/contratada em prejuízo da Administração, pois a proposta apresentada deve estar de acordo com o que esta conhece sobre o mercado. Não cabe alegar locupletamento do erário após a efetiva prestação do serviço quando a empresa não apresenta proposta compatível com os preços praticados no mercado. Data da sessão: 03/02/2015. Relator: Raimundo Carreiro.

### **Acórdão: 2795/2013 – Plenário**





## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

O valor do contrato abaixo do de mercado não é causa suficiente para justificar seu reequilíbrio econômico-financeiro, uma vez que essa situação pode decorrer, por exemplo, de estratégia empresarial, de condições oferecidas na licitação ou de aumento de custos provocado pela variação normal de mercado, não se inserindo na álea econômica extraordinária e extracontratual exigida pelo art. 65, inciso II, alínea d, da Lei 8.666/1993.  
Data da sessão: 16/10/2013. Relator: Raimundo Carreiro.

### Acórdão: 7249/2016 – Segunda Câmara

Notas fiscais de fornecedores da contratada são insuficientes, por si só, para caracterizar qualquer uma das hipóteses legais para o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato (fatos imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução ou, ainda, caso de força maior, caso fortuito ou fato de príncipe), que deve estar demonstrada por meio da quantificação dos efeitos que extrapolaram as condições normais de execução e prejudicaram o equilíbrio global do contrato.  
Data da sessão: 14/06/2016. Relator: Ana Arraes

Portanto não se vislumbra qualquer fundamento plausível para considerar a proposta do realinhamento do preço, e não há um real motivo para aceitar o argumento de que o alegado “aumento de preço”, uma vez que foram acostadas apenas notas fiscais, sendo que estas não tem o condão de afastar a obrigatoriedade da entrega de outras provas, até porque percebe-se, pela prática, que é comum empresas juntarem comprovantes fiscais um com data da época da contratação com a Administração Pública e a outra que foi emitida pouco antes do pedido de reequilíbrio.

É necessária uma razão factual e não uma simples alteração no preço de seus fornecedores para justificar o reequilíbrio econômico financeiro de um contrato pois a legislação exige, na verdade, a ocorrência de pelo menos uma dessas 4 hipóteses: a) fato do príncipe; b) fato da Administração; c) fato superveniente



## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

imprevisível; ou, **d)** fato previsível, mas de consequências incalculáveis. OS DOCUMENTOS PROVAM AS CONSEQUÊNCIAS, mas não às causas, sendo insuficiente para justificar a revisão de preços.

Ademais, não pode a Administração Pública sofrer as consequências pelo desacerto inescusável da licitante, visto que a obrigação de calcular o preço ofertado é do particular e, caso não o faça corretamente, é sobre ele que deverá recair as consequências, sob pena de se estar desvirtuando o instituto da licitação e ferindo os princípios da supremacia do interesse público, da legalidade, da impessoalidade e eficiência.

De modo que não ficou demonstrada a ocorrência de fato superveniente e imprevisto, caso fortuito ou força maior, ou seja, não existe justo motivo para a empresa vencedora de parte do certame, apenas o reajuste do preço por sua fornecedora.

Ato Contínuo, passa-se à análise do pedido subsidiário de desistência/cancelamento, sob o argumento da requerente de que houve aumento de preço.

Tem como fulcro de sua petição argumentando que ocorreu um considerável aumento de preço dos itens, sendo necessário o seu cancelamento e a liberação da empresa, pois a manutenção pelo preço registrado em ata seria inviável para a empresa e poderia ser responsabilizada por fornecer itens abaixo do preço de mercado.

Como acima mencionado, o Sistema de Registro de Preço é um processo licitatório em que aqueles interessados em fornecer materiais, equipamentos ou gêneros ao Poder Público, em Ata, pactuam a manutenção dos valores registrados no órgão competente, corrigidos ou não, por um determinado período, e a fornecer as quantidades solicitadas pela Administração no prazo estabelecido.

Da mesma forma que no reequilíbrio econômico-financeiro, aplica-se ao pedido de cancelamento a teoria da imprevisão, de modo que o cancelamento dos itens registrados somente poderá ser realizado de forma excepcional, caso haja comprovação da ocorrência de: **a)** fato do príncipe; **b)** fato da





## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

Administração; c) fato superveniente imprevisível; ou, d) fato previsível, mas de consequências incalculáveis.

Ademais, há o registro que vinculará as partes nos modos que se darão as contratações. Sendo este o objeto principal da relação aferida no processo licitatório, o estabelecimento do valor e quantidade que a Administração Pública poderá adquirir no período de vigência da ata, não podendo, portanto, alegar que a Administração Pública está "enriquecendo sem causa", pois se trata de um instrumento desta para obter os melhores preços de mercado e assim maximizar os dispêndios públicos.

Insta salientar que, o edital do certame, com supedâneo na Lei nº 10.520/2002, que dispõe sobre o pregão, estabelece expressamente quais as sanções aplicáveis aos licitantes, no caso de descumprimento, verbis:

### "VIII – SANÇÕES

8.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o CIOP pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

8.1.1 A execução irregular do contrato, que não resulte prejuízo ao CIOP ou ao Município Contratante, poderá ser punida com Advertência;

8.2. A execução irregular do contrato também poderá causar multa, prevista na forma do item 8.3 e 8.4, nas hipóteses de mora e inexecução do contrato.

8.3. Caso a licitante declarada vencedora se recuse a receber/retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ser-lhe-á aplicada a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.



## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

8.4. Expirado o prazo proposto para a entrega dos produtos, sem que a contratada o cumpra, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa, correspondente a 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho ou Ordem de Compra, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.5. A multa prevista no item anterior será aplicada até o limite de 20 % (vinte por cento) do saldo empenhado, o que não impede, a critério da administração, a aplicação da sanção a que se refere o item 8.1.

8.6 A inexecução parcial ou total do contrato poderá gerar multa de 20% (por cento) sobre o valor não adimplido, sem prejuízo do que concerne o item 8.1, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.7 O valor da multa poderá ser deduzido de eventuais créditos devidos pelos Municípios e quando por esta solicitado.

8.8.1 O prazo para pagamento de multas será de 30 (dez) dias corridos, a contar da intimação da infratora, após decisão apenadora.

8.9 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa.

8.10 As apurações acerca de inadimplência contratual serão realizadas pelo CIOP após realizada a comunicação do evento detalhado pela prefeitura participante, com o envio do pedido de entrega.

8.11 As decisões sobre as sanções administrativas serão publicadas no Diário Oficial Eletrônico do CIOP.

8.11.1 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa, abrindo-se prazo de 05 (cinco) dias úteis para Defesa, a partir da intimação, que poderá ser por carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico.

8.11.2 Não encontrada a empresa apurada no endereço constante em seu cadastro de CNPJ no sítio eletrônico da Receita Federal para notificação por carta e nem via correio eletrônico, sua intimação se será pelo Diário Oficial Eletrônico do CIOP, bem como pelo Diário Oficial do Estado, sendo considerada intimada após a publicação, para todos os efeitos legais."





## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

Na hipótese do inadimplemento da proposta exarada pela empresa, poderá a Administração Pública aplicar a penalidade máxima sem deixar de observar aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, haja vista que, realizada a licitação na modalidade pregão, a própria lei estabelece tratamento rigoroso ao licitante convocado que não comparece para assinar o contrato, ou deixa de entregar os itens registrados em ata de registro de preços. Isso se deve, porque *"uma das vantagens do pregão consiste exatamente na celeridade que ele confere às contratações do poder público, celeridade que se perde caso o vencedor do certame não compareça para dar execução da proposta"*. (FURTADO, Lucas Rocha. Curso de licitações e contratos administrativos. Belo Horizonte: Fórum, 20074, p. 484).

Aliás, como bem alerta Jessé Torres Pereira Junior (in Comentários à lei de licitações e contratações da Administração Pública. 4. Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997. P. 538-539), a recusa do adjudicatário a contratar com a Administração *"frustra o propósito do certame e gera contingência que poderá ser danosa ao interesse público, se outra licitação houver de ser realizada, com a perda de tempo, de recursos e desatendimento às necessidades da Administração"*. É de se considerar que *"ao ingressar no torneio licitatório, cada concorrente deve estar disposto a contratar. A participação na licitação constitui, para cada licitante, uma declaração da vontade de vir a contratar com a Administração"*.

Por consequência, não tendo a empresa licitante demonstrado a ocorrência de fato superveniente e imprevisível que justifique o não cumprimento da entrega do item registrado em ata, e não existindo qualquer vício no processo, mister se faz a manutenção do valor registrado e exigência do cumprimento e entrega do item em que a empresa supra referida sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções supramencionadas no caso de descumprimento.

### CONCLUSÃO

Ante o exposto e, com fulcro nas considerações acima aduzidas, esta Diretoria Jurídica opina:

I – Pela manutenção do valor registrado dos itens em que a empresa SOMA/SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA sagrou-se



## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

vencedora, sob pena de aplicação das sanções descritas no instrumento editalício, no caso de descumprimento;

II – Da mesma forma, pelo indeferimento do pedido subsidiário de cancelamento do item, sob pena de aplicação das referidas sanções, no caso de descumprimento;

Por fim, encaminhe-se ao setor de compras, licitações e contratos, obedecendo aos trâmites legais, principalmente dando-se ampla publicidade.

**Presidente Prudente/SP, 17 de janeiro de 2024**

**Elton Rodrigo de Castro Garcez**  
**Diretor Jurídico Substituto**



## DESPACHO DA DIRETORIA EXECUTIVA

**Assunto:** Pedido de reequilíbrio c/c cancelamento – Pregão Eletrônico – SRP – nº 12/2023  
**Interessado:** SOMA/SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ARP Nº 87/2023

Trata-se de solicitação de reequilíbrio c/c cancelamento do **ITEM 183 – FENTANILA, CITRATO INJETÁVEL 0,05MG/ML**, registrado na Ata de Registro de Preços nº 12/2023, alegando, em síntese, desabastecimento do produto junto ao fornecedor.

Isto posto, acolho na íntegra os fundamentos de fato e de direito esmiuçados no Parecer Jurídico de fls. 1.932/1.945, e **DELIBERO** pelo **NÃO ACOLHIMENTO** da solicitação realizada pela empresa **SOMA/SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ Nº 05.847.630/0001-10, ARP Nº 87/2023**, mantendo-se os preços e condições anteriormente previstas, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas.

Publique-se.

Presidente Prudente, 22 de janeiro de 2024.



**Maria Heloisa da Silva Cuvolo**  
Diretora Executiva - CIOP



### DESPACHO DA DIRETORIA EXECUTIVA

Despacho da Diretoria Executiva. Assunto: solicitação de reequilíbrio c/c cancelamento. Pregão Eletrônico nº 12/2023. Interessada: SOMA/SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ Nº 05.847.630/0001-10, ARP Nº 87/2023. Decisão: Delibero pelo não acolhimento do pedido de reequilíbrio c/c cancelamento do ITEM 183 – FENTANILA, CITRATO INJETÁVEL 0,05MG/ML, conforme fundamento acostado nos autos. Maria Heloisa da Silva Cuvolo - Diretora Executiva do CIOP. Presidente Prudente, 22 de janeiro de 2024.







### DESPACHO DA DIRETORIA EXECUTIVA

Despacho da Diretoria Executiva. Assunto: solicitação de cancelamento. Pregão Eletrônico nº 12/2023. Interessada: MEDICOM LTDA - CNPJ Nº 22.635.177/0001-05, ARP Nº 79/2023. Decisão: Delibero pelo não acolhimento do pedido de cancelamento do ITEM 397 - VITAMINA + SAIS MINERAIS (POLIVITAMÍNICO), conforme fundamento acostado nos autos. Maria Heloisa da Silva Cuvolo - Diretora Executiva do CIOP. Presidente Prudente, 22 de janeiro de 2024.

